Brasil

Em 2015, o Brasil fez um avanço significativo em seus esforços para eliminar as piores formas de trabalho infantil. O governo levou a cabo 7.263 inspeções de trabalho infantil; dessas, o Grupo Móvel de Fiscalização de Combate ao Trabalho Infantil, criado em 2014, realizou 34 atividades de inspeção e aplicou 53 multas por violações da lei sobre trabalho infantil. O estado da Bahia aprovou uma lei que remove benefícios fiscais e administrativos estaduais no caso de empresas que usem trabalho forçado e proíbe empresários e associados de abrir um novo negócio nos dez anos seguintes. A cidade de São Paulo aprovou o Plano Municipal para Erradicação do Trabalho Escravo, que visa a criar e manter uma base de dados central para informação sobre trabalho escravo e aumentar o acesso a serviços de educação e saúde para vítimas de tráfico humano e trabalhos forçados. Além disso, o governo federal aumentou para US\$ 268 milhões os recursos do programa Bolsa Família. No entanto, as crianças continuam a ser empregadas nas piores formas de trabalho infantil, entre elas a produção de fumo e a exploração sexual comercial. No Brasil, a definição legal de tráfico de pessoas não abrange o tráfico humano para exploração no trabalho. Além disso, os programas sociais para crianças vítimas do tráfico, inclusive vítimas de exploração sexual comercial, parecem ser insuficientes.

Com base no relatório, foram identificadas ações recomendadas capazes de promover a eliminação do trabalho infantil no Brasil, inclusive suas piores formas.

Área	Ação recomendada	Ano(s) recomendado(s)
Arcabouço jurídico	Garantir que a definição de tráfico de pessoas seja coerente com os padrões internacionais.	2011 – 2015
Aplicação da lei	Divulgar ao público informações relativas ao número de inspetores dedicados ao trabalho infantil, de inspeções realizadas em locais de trabalho e mediante revisões administrativas e de multas impostas que foram arrecadadas; divulgar também o número de investigações criminais levadas a efeito, as violações encontradas, as ações penais iniciadas e as condenações obtidas.	2012 – 2015
	Aumentar o número de inspetores do trabalho a fim de proporcionar cobertura adequada da força de trabalho.	2014 – 2015
	Coletar dados sobre todos os casos de exploração sexual comercial, inclusive de prostituição e pornografia infantis.	2015
	Garantir que aqueles que violam as leis de trabalho infantil, inclusive em suas piores formas, sejam punidos de acordo com a lei.	2015
	Realizar investigações sobre o turismo sexual infantil e o tráfico de crianças para exploração sexual comercial e iniciar ações penais contra os supostos criminosos.	2015
Políticas governamentais	Proporcionar recursos adequados para garantir que as metas definidas no Plano Nacional de Educação sejam alcançadas.	2015
	Integrar a eliminação e as estratégias de prevenção do trabalho infantil às políticas de desenvolvimento existentes.	2015
Programas sociais	Realizar pesquisas sobre a exploração sexual comercial de crianças.	2009 – 2015
	Ampliar os esforços para melhorar o acesso ao ensino fundamental e médio, particularmente em áreas rurais e entre crianças indígenas.	2013 – 2015
	Assegurar que as famílias que participam do Programa de	2009 – 2015

Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e do Bolsa Família cumpram os requisitos dos programas de manter a criança na escola e não no trabalho.	
Proporcionar aos governos municipais os recursos necessários para implementar e monitorar plenamente os programas PETI e Bolsa Família.	2009 – 2015
Proporcionar recursos adequados aos governos estaduais para garantir que as vítimas do tráfico de crianças recebam serviços sociais. Garantir a disponibilidade de abrigos especializados para crianças vítimas de exploração sexual comercial.	2012 – 2015